
EDITORIAL

LIBRAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS: COMUNICAÇÃO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOCENTE

Aquele sentimento de estar só no mundo acabou e o medo das pessoas foi diminuindo e assim através da Língua de Sinais eu comecei a entender os significados dos sentimentos, das coisas, das pessoas, das ações e muito mais das palavras (Shirley Vilhalva, 2014, p.37).

A língua de sinais é a língua natural da pessoa surda, por meio dela os surdos podem significar o mundo e estabelecer relações saudáveis com o meio. A marca distintiva entre a língua de sinais e as línguas orais está na natureza destas línguas, enquanto o primeiro grupo se caracteriza por ser uma modalidade de língua gestual - visual e espacial, o segundo grupo se caracteriza pela oralidade, tendo, porém, os dois grupos de línguas: de sinais e orais, características comuns que transcendem a modalidade de expressão constituindo línguas legítimas do ponto de vista linguístico.

Embora o reconhecimento linguístico das línguas de sinais date da década de setenta, do século XX, o seu reconhecimento legal no Brasil se efetivou apenas no ano de 2002, por meio da Lei de Libras 10.436/2002 regulamentada posteriormente pelo decreto 5626/2005. Foi a partir deste reconhecimento legal, que aliados a um contexto social e político passou a priorizar a inclusão social e a cobrar o direito de igualdade para todos os cidadãos, que a educação de surdos começou a se reconfigurar em uma perspectiva mais democrática, que valoriza os sujeitos surdos reconhecendo sua língua, cultura e identidade.

Assim, a partir de uma abordagem bilíngue, em que a Língua de Sinais passa a ser reconhecida como a primeira língua da pessoa surda e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita como sua segunda língua, novos “desenhos” da educação de surdos começam a surgir para quiçá alcançarmos a beleza uma “obra de arte”.

Historicamente, os desafios sobre a educação de surdos são intensos, complexos e permeado por relações de poder e dominação da “pedagogia ouvintista” sobre as formas de aprender da pessoa surda, por consequência, um fracasso escolar se abateu sobre a escolarização de surdos e insiste em se perpetuar quase sempre pela falta de profissionais com conhecimento suficiente para atender as necessidades específicas deste alunado.

É preciso preconizar a língua de sinais, a forma visual do surdo de interagir com o mundo, oferecendo a estes alunos oportunidades justas de aquisição da linguagem, desenvolvimento linguístico e de competências e habilidades nas diferentes disciplinas e conteúdos assim, como as crianças ouvintes o têm. As políticas públicas e linguísticas estão aí para assegurar esses direitos, porém, falta ainda, no âmbito da prática educacional avançarmos para um outro patamar, o que torna imperativo as pesquisas, a busca por novas metodologias e estratégias didáticas e o constante debate e troca de saberes acerca desta temática. Diante dessa conjuntura, o dossiê **“Libras e educação de surdos: comunicação, práticas pedagógicas e possibilidades de atuação docente”** foi organizado a fim de suscitar novos olhares, indagações e possibilidades de atuação. O dossiê é composto por sete artigos com temática específica voltada para Libras e ou educação de surdos, que propiciará ao leitor reflexões, inflexões e novas elaborações sobre os temas aqui abordados.

O primeiro artigo intitulado “Criança kaiowá surda e sua comunicação na família e na escola” das autoras Juliana Maria Lima da Silva e Marilda Moraes Garcia Bruno da Universidade Federal da Grande Dourados, traz uma visão geral sobre a comunicação da criança Kaiowá surda no contexto familiar e escolar das Aldeias Bororó e Jaguapiru, em Dourados, MS, por meio de um estudo de cunho etnográfico desenvolvido dentro das aldeias citadas. Nesse artigo, as autoras observaram que há a necessidade de estabelecer trocas de saberes entre os envolvidos com a

aprendizagem das crianças indígenas surdas, além de potencializar espaços para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e sociocultural.

O segundo artigo intitulado “Fios de significação reconhecidos e reorientados no processo de tradução de literatura - Português/Libras” de autoria de Neiva de Aquino Albres, Mairla P. Pires Costa e Harrison Gerotto Adams teve como objetivo analisar uma tradução de livro infantil (Vira Lata), tendo como corpus o texto verbo-visual (português e ilustrações) e vídeo em Libras, com vistas a discutir de que modo uma tradução motivada por elementos verbo-visuais corroboram para a construção de sentidos de um leitor surdo de livro de literatura infanto-juvenil.

O terceiro artigo “Surdez e educação infantil: os desafios para a proposta educacional bilíngue no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul” de autoria de Sheyla Cristina Araujo Matoso Silva ressalta a importância de se discutir as propostas educacionais para os surdos, desde os primeiros anos escolares, no intuito de atender a tão almejada educação bilíngue. Para tanto, a autora apresenta ao leitor resultados da pesquisa realizada em instituições públicas que atendem a etapa inicial da educação de alunos surdos no município estudado e evidencia a importância de estudos e aprofundamento na área como meio de propiciar ganhos para a educação de surdos.

O quarto artigo “Cultura escolar e inclusão de alunos surdos em questão: breve reflexão teórica” de autoria de Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento e Reinaldo dos Santos teve como objetivo realizar algumas reflexões teóricas, de forma a compreender as relações entre cultura, inclusão de aluno surdo e a escola. O estudo foi realizado por meio de revisão de literatura, embasado em autores que discutem a educação de surdos e autores que discutem a cultura escolar, a função social da escola em uma perspectiva da cultura escolar como processo/produto histórico, mutável e instável à medida que é produzida na tensão entre grupos e nas diferentes expectativas sobre a função social da escola, que muda de acordo com cada espaço de tempo da história.

O quinto artigo “A avaliação do aluno surdo no ensino regular” de autoria de Cristiane Viana de Oliveira, Francimar Batista Silva e Vera Lucia Gomes busca suscitar importantes reflexões sobre o processo de avaliação do surdo em uma perspectiva inclusiva, ou seja, no ensino regular, tendo como foco principal compreender as estratégias utilizadas atualmente para se avaliar um aluno surdo e abordagens de ensino-aprendizagem.

O sexto artigo intitulado “Os surdos como réus ou vítimas nos tribunais de justiça: direitos e desafios legais” dos autores Adriano de Oliveira Gianotto, José Manfroi e Heitor Romero Marques, mostra a possibilidade de inclusão dos surdos em situação de réu ou vítimas em audiência jurídica. O estudo teve como objetivo conhecer a inclusão de surdos em processos de execução legal na busca de identificar se eles conhecem os recursos da lei e os direitos por seu estado de diversidade manifestado por meio da busca adequada de seus direitos. Além disso, teve como um de seus objetivos também subsidiar os profissionais operadores do Direito, para a prestação de um serviço eficaz célere e mais justo dentro da dinâmica dos direitos humanos das pessoas surdas.

E, por fim, o sétimo artigo deste dossiê “A educação de Surdos contada por meio de selos postais” das autoras Cassia Geciauskas Sofiato e Lucia Helena Reily respectivamente apresentam um estudo bibliográfico e documental, cujo objetivo foi verificar como a história da educação de surdos foi reproduzida nos selos postais de países da América e da Europa, nos séculos XX e XXI. O método utilizado na pesquisa contemplou o levantamento de selos online relacionados à deficiência em geral e à educação de surdos especificamente, as autoras apontam que ainda que os selos postais não permitam vislumbrar como se deram os processos de constituição histórica de educação de surdos nos vários países representados, o estudo evidenciou a valorização do campo por meio de alguns marcos significativos, que os países elencaram como destaque.

Na seção “Demanda Contínua”, temos três artigos, os dois primeiros ligados ao ensino da Matemática e o terceiro artigo relacionado à educação protestante. O primeiro artigo intitulado “Aprendizagem da docência em uma comunidade de prática: o professor dos anos iniciais e o ensino de matemática” de autoria de Sara Miranda de Lacerda e Ana Lúcia Manrique apresentam dados de uma pesquisa de doutorado em andamento vinculada a um projeto em rede aprovado no

Programa Observatório da Educação e se insere no contexto da aprendizagem para a docência nos anos iniciais de ensino fundamental para o ensino de Matemática, com a intenção de descrever e analisar alguns resultados de duas situações que foram planejadas por professores que ensinam Matemática nos anos iniciais e com estudantes de Pedagogia que participam de uma Comunidade de Prática.

O segundo artigo “Investigações matemáticas com números: experiência com alunos do 2.º ano do ensino básico” de autoria de Maria Helena Martinho é resultante de uma pesquisa com abordagem qualitativa realizada com 20 alunos de uma turma do 2.º ano de uma escola do 1.º ciclo de Lisboa. Nesse artigo, a autora buscou descrever e compreender os processos vividos pelos estudantes perante tarefas de investigação, que pretendiam desenvolver nos alunos o sentido de número. Os resultados apontaram que a introdução de tarefas de caráter investigativo permitiu aos alunos ampliar as suas competências e aplicá-las a novas situações de aprendizagem.

O terceiro artigo “Educação protestante norte americana e processo civilizador: contribuições para o debate” escrito pelos autores Cesar Romero Amaral Vieira, Luiz Cândido Martins e Magda Sarat, analisa alguns conceitos sociológicos de Norbert Elias sobre Processos Civilizadores dialogados com os escritos de Alexis de Tocqueville, com intuito de compreender a onda civilizatória que ocorreu no Brasil do final do século XIX e início do século XX, quando o país recebeu um grande número de estrangeiros imbuídos de projetos civilizatórios e republicanos, focados em experiências educacionais, especialmente na fundação de colégios e instituições. Os autores consideraram para o estudo, o modelo educacional norte-americano e protestante e, nas concepções dos grupos que aqui chegaram no período analisado a partir de dados de pesquisas acerca da história da educação protestante realizadas por meio de fontes orais e documentais. O estudo revelou que o modelo educacional norte americano fez parte do ideal civilizatório do Brasil, tanto em termos discursivos como nos contextos práticos com o intuito de levar o país ao patamar de nação civilizada no período em que a república se encontrava em construção.

Para finalizar essa edição, há a resenha escrita por Gabriela Cristine Rech e Fabíola Sucupira Ferreira Sell, acerca do livro “A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo” de autoria de Paulo César Machado. Trata-se de uma obra que oferece ao leitor uma valiosa contribuição teórica para a área de educação de surdos, no que concerne às discussões envolvendo a inserção de alunos surdos em escolas inclusivas.

Assim, ao tornar público este dossiê acerca da Libras e da Educação de Surdos nos dias atuais, convidamos os leitores a se debruçar sobre os artigos e estudos apresentados nesta edição. Finalizo com a fala de Emmanuelle Laborrit:

A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngues. Ofereço-lhes minha diferença.
Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo
(O vôo da gaivota, Emmanuelle Laborrit, 1996).

*Profa. Ms. Grazielly Vilhalva Silva do Nascimento [Letras Libras-UFGD]
Prof. Dr. Reinaldo, dos Santos [FAED-UFGD]
Organizadores*